

A Lei de Finanças Regionais “tem de garantir uma melhor distribuição entre a riqueza nacional e as riquezas regionais”

Conferência ‘O Futuro das Ilhas de Bruma’ proferida pelo Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira na Universidade dos Açores

“É, naturalmente, para mim uma grande honra estar aqui hoje, neste auditório cheio de pessoas das mais variadas gerações, algumas das pessoas que mais cumpriram na tarefa de consolidação das autonomias e de avançar com este grande projecto autonómico, outros mais novos para quem o futuro se abre em termos muito diversos daqueles que eram os tempos em que eu tinha a idade deles, que infelizmente, manifestamente já não tenho. Mas tenho saudades desses tempos, claro está. E vejo também, com grande alegria, alguns amigos desses tempos que agradeço muito terem vindo.

É uma honra estar aqui (...) com o professor João Bosco Mota Amaral, founding father da autonomia, pessoa por quem tenho a maior admiração e respeito há longos anos e que ainda hoje continua a seguir, com grande atenção, a política e economia açoriana. Outras pessoas também dessa geração, como o padre Weber, reitor Vasco Garcia, que foi também um dos homens ligados à fundação desta Faculdade. (...) Alguns terão ficado admirados com a ideia, ou com o título se quiserem, desta palestra: ‘O futuro das Ilhas de Bruma’. E alguns são suficientemente novos para nem saberem qual é esta referência às Ilhas e Bruma.

A ideia de chamar as Ilhas de Bruma para aqui tem a ver com a minha preocupação em torno do que se passa e do que se passará na Região Autónoma dos Açores, assim como no país em geral, e porque não dizê-lo, neste mundo terrível que estamos a viver.

Também quis aqui salientar que autonomia não é só uma questão financeira. Não são só números, não são só cálculos de transferências. A autonomia é um fenómeno cultural, intelectual e tem que ser tratado nessa base.

Com a ‘Ilhas de Bruma’ quis homenagear o autor Manuel Medeiros Ferreira, autor desta magnífica música. Como verão, há uma versão muito mais heterodoxa do meu genial amigo Zeca Medeiros que mostra bem como é possível partir de raízes antigas para caminhos novos. É esta a minha ideia essencial.

Mas não quero só homenagear os músicos. Quero lembrar os nossos grandes escritores e pensadores. Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Natália Correia, mais recentemente José Medeiros Ferreira, Onésimo Teotónio de Almeida, a quem saúdo de um modo muito especial, Mário Mesquita e Vamberto Freitas.

Eu escrevi uma vez, há algum tempo, o seguinte: “Entro sempre no avião que me levará de Lisboa para a Ponta Delgada com o sentimento de quem regressa à sua velha casa. E à minha velha casa como Ary dos Santos, melhor que ninguém escreveu, num poema de um belo Fado de Carlos do Carmo: “Eu regresso há procura das origens da temura onde o meu ser perdura”.

Passaram anos e anos, e passariam mais de mil anos, como se canta num bolero que tanto gosto. Sei que não é um estilo musical dos nossos dias, mas é dos meus tempos. E desde que parti da ilha, devo dizer, - e parti para estudar na Universidade -, a minha alma nunca saiu da ilha. E isto acontece a todos, ou quase todos os açorianos que saem. Mesmo 50 anos depois, a ilha está sempre dentro de mim, assim como está a imagem dos meus pais a despedirem-se de mim. Nesses tempos não se viajava de avião,



A vida nos Açores há 50 anos era “dolorosa” para a qual restava a emigração

por regra para o continente, ia-se de barco. Fui num barco chamado ‘Angra do Heroísmo’. Fiquei sempre com a imagem dos meus pais, na doca, com o cabelo ao vento, a despedirem-se de mim.

Esta viagem é uma viagem muito peculiar, porque (...), de alguma forma, posso ajudar a pensar nas questões que podem ser úteis para a minha terra.

Quando penso nos Açores de há 50 anos, - e há aqui outras pessoas que se lembram -, lembro-me que se tratava de uma sociedade muito pobre, com grande estigma de pobreza. Hoje podemos pensar que ainda há muita pobreza, muitas soluções por resolver, mas nada que se comparasse com 50 anos atrás, quando os homens, particularmente os trabalhadores rurais, não tinham emprego, e iam todos os dias de manhã para junto da igreja da aldeia esperar que algum dos senhores terra-tenentes os fosse buscar para trabalharem, para terem um dia de jorna e poderem comer aquilo que era a refeição deles. E a refeição deles era batata cozida com pimenta ou broa de milho com um chicharro. Tudo isto é, evidentemente, um tempo triste, mas é um tempo que existiu e é um tempo que está fora de questão que o deixemos regressar. Temos de lutar contra esse tempo com toda a nossa força.

E temos de nos lembrar que esta vida não é uma novidade de há 50 anos. Durante séculos as soluções administrativas e as soluções organizativas foram mudando, mas a vida dos açorianos foi sempre uma vida de dificuldade em que se sentiam abandonados, sobretudo pelo continente, e entregues a um destino de pobreza.

Era uma vida dolorosa para a qual pouco restava. Digamos que, no essencial, restava a fuga das ilhas. Restava a imigração. Restava os cursos universitários para quem os podia fazer. Num determinado período, restou também um movimento ligado à indústria baleeira; e numa fase final do século XIX, início do século XX, o movimento de alguma industrialização.

O que é certo é que o mercado açoriano era, - ainda é hoje mas nessa altura era muito mais -, um mercado muito exíguo e a única solução era sair das ilhas.

Quanto ao mar “era uma obsessão dos açorianos”

Todos conhecem uma música açoriana, que depois foi recuperada por Zé Afonso, chamada ‘Canção Longe’, que fala do drama da imigração a dizer: “ó meu bem se tu te fores, como dizem que te vais, deixa-me o teu nome escrito, numa pedrinha do cais”. E assim era. Muitas pedras escritas no cais, muitos lenços molhados, muita dor. Mas também a possibilidade de alguma prosperidade, por vezes alargadas às famílias que se iam juntar aos imigrantes iniciais. Digamos que se foi criando por aí alguma atenuação das dificuldades. (...)

O mar era uma obsessão dos açorianos. Eu próprio, que não estava nessa situação, lembro-me de sentir o mar à minha volta como algo que me impedia de ir mais longe, que me impedia de saber o que se passava para além. E quem fez uma reflexão notável sobre isso, como todas as que fez sobre os Açores, foi o meu querido amigo José Medeiros Ferreira, infelizmente já falecido.

E a ideia de atravessar o mar, era uma ideia que deu origem a situações trágicas. A mais conhecida é aquela que Manuel Ferreira descreveu num livro chamado ‘O Barco e o Sonho’, que depois foi transposto pelo genial Zeca Medeiros, e que é um cantor e realizador completamente desperdiçado por Portugal, na circunstância de viver nas Ilhas de Bruma.

E devo dizer que é muito impressionante, que nos primeiros tempos, a RTP tinha meios e podia fazer séries e programações muito interessantes. E hoje em dia a RTP-Açores não consegue fazer nada disto. No entanto, as primeiras séries portuguesas foram produzidas pela RTP-Açores: ‘O Barco e o Sonho’, ‘Xailes Negros’ e tantas outras.

Mas, então, nessa história do ‘Barco e o So-

nho’, dois pescadores micalenses, sem qualquer instrução, fabricaram clandestinamente um pequeno barco a remos, no qual se puseram a caminho dos Estados Unidos da América. Como calculam, é preciso uma coragem suicida para fazer isto. Acabaram por ser salvos, in extremis, por um navio da marinha americana que os salvou e mais tarde os senadores Robert e John Kennedy tanto insistiram na protecção deles que iriam dar-lhes a nacionalidade e as coisas começaram a correr bem para a vida deles. Claro que quando começamos a pensar nisso, não nos podemos esquecer do que é a enorme tragédia que hoje há nos mares. No mar Mediterrâneo, no Canal da Mancha, em tantos e tantos sítios onde morrem milhares de imigrantes que partiram para tentar atravessar o mar e encontrar uma maior prosperidade.

Falando do mar, também não se pode esquecer a história dos baleeiros. Por vezes, há uma tendência para não lembrar isso. A história dos baleeiros começa sensivelmente no século XVI, Onésimo que me conteria se for o caso. E há alguma tempo a RTP fez um documentário notável em que se tinha que enfrentar o maior animal do mundo, em pequenos botes. Foi a aventura de “ilhéus valentes dos Açores”. Muitos eram camponeses que iam ao mar ganhar sustento. Com apêses e orações, deram caça às baleias durante décadas. Esta é uma história muito comovente, com profundas raízes americanas. Porque foram as grandes galés americanas que vinham aqui buscar os pescadores açorianos, e na opinião do próprio autor de ‘Mobydick’, eram os melhores pescadores de baleia.

Recentemente, Sidónio Bettencourt, jornalista da RTP, com base num documentário que tinha sido feito antes, publicou um maravilhoso livro de grande sensibilidade chamado ‘Baleiros em terra’. Note-se que o próprio Sidónio Bettencourt vem de uma família de baleiros.

Neste conjunto de histórias e da história de ‘Gente Feliz com Lágrimas’, para usar a expressão de João de Melo que há pouco não citei, e para além dele citava também o Joel Neto, alvo de uma perseguição política absurda. O ponto comum era a percepção de que não tinham futuro nos Açores e que era preciso sair, ir buscar uma vida melhor.

Ao falar do mar e da Região, também não podemos esquecer a intensidade dos ataques dos piratas. Os ataques dos piratas vêm também muito cedo, começaram no século XVI e prolongaram-se até ao século XVIII. A intensidade e ferocidade dos ataques dos piratas levaram a um fenómeno que sempre me fez confusão: agora já não, está tudo mudado, mas nos meus tempos de jovem, as casas nunca tinham a frente virada para o mar. Eram sempre as traseiras que estavam viradas para o mar, ainda com receio das invasões dos piratas.

Entre a vasta bibliografia que há sobre isto, há um estudo bastante interessante de Adelino Rodrigues da Costa, publicado pela academia da Marinha, e que se chama ‘Histórias marítimas dos Açores, histórias e combates, piratas e corsários, temporais e naufrágios, perdições e outras histórias marítimas’. É, de facto, muita coisa para uma só Região e para uma só população.

“Impressiona que em terras tão afastadas do continente, tão maltratadas pelo continente fosse possível que surgissem fábricas...”

(Continuação pág. 7)

O ciclo da laranja e o acesso às universidades

Essas situações que tenho descrito eram, de alguma forma, atenuadas por um factor que era o comércio intercontinental. Os Açores, pela sua situação geográfica, faziam muitas vezes transacções quer com mercadores norte-americanos, quer com mercadores europeus. Mas essas transacções tinham uma particularidade. Eram sempre, ou quase sempre, monolíticas, isto é, os mercadores vinham cá buscar um determinado produto e não outro. E, se nesse ano, o produto não tivesse corrido bem, não havia esse negócio. Há um período especialmente próspero, que é o período da laranja, como toda a gente se lembra, e neste período há uma açoriana que é Sacuntala de Miranda, infelizmente já falecida, que escreveu um livro interessantíssimo chamado ‘O ciclo da laranja e os gentleman farmers da ilha de São Miguel’.

Quando num ano, ou o produto passava de moda nos mercados internacionais, ou não havia produção local, estava tudo muito mau. Era a situação muito pior.

Mas para além destas situações mais dramáticas, há outra de que me integrei e que era a de estudar na universidade.

Hoje, estamos na Universidade dos Açores, fruto do 25 de Abril, que não existia antes. E, portanto, não era possível procurar obter uma licenciatura em qualquer especialidade sem sair das ilhas. Embora isto tenha sido, muitas vezes, tema de discussão, o que é certo é que só já muito perto do fim do antigo regime, a reforma de Veiga Simão apontou no sentido da criação de universidades descentralizadas, entre as quais, a dos Açores, que, no entanto, só em 1976 viria a ser institucionalizada.

Houve momentos que a Universidade dos Açores teve um vigor extraordinário. No século XX, - e a maioria de vós não se lembrará disso -, era muito difícil entrar nas universidades continentais. Uma coisa que ainda hoje se coloca que é o *numerus clausus*, nessa altura ainda era mais difícil e, portanto, muitos alunos continentais vinham para os Açores para poderem estudar na Universidade. E, também vinham vários professores de fora para leccionar na Universidade. E isto contribuiu muito para alterar o ambiente nas ilhas dos Açores e, particularmente, em São Miguel.

Devo contar que quem, como eu, foi estudar para Lisboa em 1970, e o doutor João Bosco Mota Amaral ainda mais do que eu seguramente, foi encontrar o modelo salazarista de universidade. Salazar tinha uma ideia muito paternalista da universidade. Há uma declaração sintomática dele que é esta: “Educar não é simplesmente instruir, é cultivar todo um ser. Desenvolver-lhe todas as faculdades integralmente e harmonicamente. Educar é dar a Deus bons cristãos, à sociedade cristãos úteis, à família filhos termos e pais exemplares. Grande obra é moldar uma alma. Extraordinária obra é formar um carácter, um indivíduo e um corpo. Uma inteligência e uma vontade que nos precisa para ser grande este pobre país de Portugal”.

Estamos, portanto, perante uma opinião completamente de catequista, para chamar



“Tinha uma relação de quase paixão pela conserveira ‘Corretora’...”

as coisas pelo seu nome. Uma espécie de catequese para adultos, trata-se de formar pessoas boazinhas. Não se trata de formar pessoas que se vão beneficiar elas próprias numa nova cultura e que vão auxiliar o seu país, as suas regiões, os pontos de onde vêm.

Mas há inúmeras declarações de pessoas ligadas ao antigo regime, entre os quais uma pessoa chamada Carneiro Pacheco, que foi Ministro de Educação e fez esta espantosa declaração: “Um lugar para cada um, e cada um no seu lugar”. Explicitou que para Salazar, o filho do agricultor devia de aspirar a ser agricultor.

Ora, ainda nos anos 30, portanto antes dessas declarações motivadoras que vos acabo de referir, Ortega y Gasset, grande filósofo espanhol, num livro intitulado ‘A missão da Universidade’, escrevia e passo a citar: “Anuncia-se com grande vigor o movimento pelo qual o ensino superior é primordialmente ensino de cultura ou transmissão à nova geração de sistemas de ideias sobre o mundo e homem que chegou à maturidade”.

Consideramos, portanto, que o ensino universitário implica a integração destas três funções: transmissão da cultura, ensino das profissões e investigação científica. Hoje em dia, estamos aqui na Universidade dos Açores que tem uma missão em harmonia com o sistema universitário português que é de criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, num respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a sociedade inspirada em valores humanistas que promovam desenvolvimento sustentável no bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação. Portanto, tantos anos depois, de alguma forma, aquilo que Ortega y Gasset colocava, aparece-nos, actualizadamente, na missão das universidades.

Mas, se pensarmos agora especificamente nos Açores, temos que reconhecer que durante séculos a administração pública foi muito negligente quanto aos interesses açorianos. E isto

viria a dar origem, particularmente no século XIX, a movimentos autonomistas de grande força.

Isto sucedeu particularmente na última década, entre 1891 e 1892, em que alguns acontecimentos de grande importância para o desenvolvimento futuro da administração insular, vieram a dar origem a uma corrente autonomista, com particular expressão em São Miguel. Foi assim que se gerou uma reacção intensa a quatro medidas governamentais entretanto decretadas e que os açorianos consideraram ser altamente lesivas do seu interesse: A unificação da moeda insular com a moeda continental, a extinção do Tribunal da Relação dos Açores e das Juntas Gerais e a apresentação no Parlamento de uma proposta de lei de monopólio do álcool.

No que diz respeito à unificação da moeda, ela teve como consequência uma alta geral dos preços já que a moeda insular era mais fraca que a continental em cerca de 25% e os açorianos cumpriam as suas obrigações naquela moeda. Quanto à extinção do Tribunal da Relação dos Açores, que o Governo justificava por razões económicas, fortemente rebatidas pelos açorianos, ela veio a não ter concretização nessa altura. O Tribunal da Relação viria a ser extinto, já na República, pelo Governo de Afonso Costa. Também a extinção das Juntas Gerais, apesar de todos os seus limites, levantou uma grande impopularidade porque se achava que, mesmo com os seus escassos recursos, as Juntas Gerais faziam coisas que importava manter. Mais importante que tudo isto, foi a questão das fábricas de álcool que teve consequências muito pesadas sob a economia açoriana.

No início de Março de 1893 surgia a luz do dia o jornal ‘Autonomia dos Açores’, dirigido por Aristides da Mota. Nas primeiras páginas do editorial referia-se logo que, dos melhoramentos públicos só temos aqueles que o Governo da capital tem julgado necessários para avolumar a capacidade tributária. O senhor tem alimentado o escravo apenas o suficiente para

lhe explorar o trabalho. E esse é o tom de muitos dos escritos dessa época.

Foi-se formando o movimento reformador, uma comissão de autonomia que juntava diversas figuras importantes, republicanos, progressistas, Aristides da Mota, Gil Montalvenc Sequiera, José Maria Raposo Amaral, entre outros.

E nas eleições de 1894 foram eleitos três deputados autonomistas o que causou um enorme júbilo em São Miguel, até se recreou o hino de Maria da Fonte que dizia: “Hei a frente açoriana, é já tempo, despertai, pela santa Autonomia, com denodo trabalhai”.

Mais tarde, o Governo veio publicar o decreto de lei de 2 de Março de 1895, que concedia a Autonomia Administrativa aos distritos açorianos. É curioso porque em 1895 é também publicado o código administrativo de Hintze Ribeiro, o mais centralista de todos os diplomas que geriam a administração em Portugal.

Ascensão e queda das indústrias...

Note-se que, apesar de tudo isto, no final do século XIX e início do século XX, cresce o movimento de industrialização, sobretudo em São Miguel, porque era a ilha maior e onde havia mais produções. Estes produtos que eram industrializados, estavam quase todos ligados à agricultura, mas não se pode dizer que esta produção industrial fosse suficiente para alterar o ambiente geral das ilhas, na medida em que empregavam relativamente poucas pessoas e ainda essas com origem nos produtos agrícolas.

Em todo o caso, impressiona que em terras tão afastadas do continente, tão maltratadas pelo continente, fosse possível que surgissem fábricas como as do tabaco, do chá, da borracha, do álcool, da cerveja, do açúcar e das conservas. Fábricas que revelam a intensidade e o empenho no progresso de muitos intelectuais, muitos empresários, muitas figuras de relevo na sociedade açoriana. Ao longo do século XX, praticamente todas estas fábricas vieram a desaparecer. Uma das últimas resistentes foi a SINAGA, antiga fábrica do açúcar, acho que todos nós açorianos sofremos um pouco com isto. Era muito simbólica a produção de açúcar a partir da beterraba. Os Açores eram o único ponto do país onde isto se fazia. E acho extraordinária a forma como alguns empresários usaram estratégias relacionadas com a concorrência para liquidarem com os adversários.

Entendamos, a fábrica de açúcar SINAGA tinha uma produção mínima de açúcar. Mesmo nos Açores, 2% da produção de açúcar era da SINAGA, mas mesmo assim os dois oligopolistas do açúcar, a RARE e a SIDUR, não descansaram enquanto não conseguiram liquidar a fábrica de açúcar nos Açores. Entretanto, estávamos no ciclo da vaca e a beterraba foi muito sacrificada, deixou de ser produzida, e a SINAGA passou a ter de importar cana-de-açúcar para poder fazer açúcar e, para isso, o governo concedia um subsídio. Mas, os oligopolistas continentais, até para o Tribunal de Justiça da União Europeia, foram protestar considerando que era um auxílio de Estado inadmissível e as coisas foram onde estão hoje, ou seja, no zero.

Com certeza que há-de aparecer ali algum



Intervenção de Eduardo Paz Ferreira despertou muito interesse...

grande aldeamento turístico ou qualquer coisa, mas tudo o que era esse património rico, e mostrar o que era a nossa força passada, tudo isto andou. Claro que restam umas coisas, resta designadamente a fábrica de chá que é um grande pólo de atracção para os turistas e fica esta ideia de que é a única fábrica de produção e apanha de chá na Europa. Depois, as conservas ainda continuam a existir com grande vigor, mas já não são as mesmas. Pessoalmente, quando era novo, tinha uma grande admiração, quase paixão pela Corretora. A Corretora ainda existe mas já não tem nada a ver com a Corretora que eu conheci. A que eu conheci tinha sido fundada por Cristiano Frazão Pacheco e, depois, foi o seu genro, Fernando Wallenstein Teixeira, a prosseguir o seu negócio.

Fernando Teixeira era uma personagem extraordinária. Acho que nunca aprendi tanto na vida com alguém, como aprendi com Fernando Teixeira. Algumas das coisas talvez seja bom não vos contar, mas em geral o que era a energia dele, a capacidade de avançar sempre sem se deixar abater, era uma coisa muito impressionante.

O que é que resta de todo este universo? Pouco. Mas é assim.

As relações financeiras entre os Açores e o Continente e a Autonomia Política

Entramos agora num complexo capítulo que ainda hoje, e estes dias, é debatido, que é o problema das relações financeiras entre os Açores e a Madeira e a República. Em várias campanhas autonomistas, os líderes fizeram sentir o seu incómodo, as suas dificuldades em diversos tons. Uma versão especialmente radical, é a de Montalverne Sequeira, reivindicando e cito: "Deixe-nos com os nossos próprios recursos já que lhe falta tudo para dirigir e governar". Evidentemente é uma frase que alimenta muito o ego dos açorianos, é muito engraçada, mas que, além de mais, foi muito nociva porque criou a ideia de que afinal, se calhar, não era preciso mandarem dinheiro para os Açores. É evidente que no século XIX, os Açores não tinham receitas próprias que chegassem para os administrar, tal como continuam a não ter hoje.

Devo notar que essas reivindicações do século XIX são muito orientadas apenas para questões financeiras e administrativas. Não se põe ainda a questão de autonomia política. E a autonomia política só vai surgir com a constituição de 1976 e com os trabalhos que a antecederam. Hoje em dia, como sabem, a Constituição, artigo 25 da versão original, diz-nos

que o regime administrativo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira "fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares." Há, se calhar, aqui algum exagero, mas é simpático. E há também, um velho rabugento professor de finanças públicas que diz que este é o artigo mais disparatado que já tinha visto na vida, porque nunca tinha visto um artigo a justificar porque é que era assim. Não deixa de ter alguma razão.

Por outro lado, o número dois do mesmo artigo explicita e cito: "A Autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço de uma unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses." Por isso, já pude escrever um artigo intitulado: "Da pequena Autonomia de 1895 à Autonomia constitucional de 1976", onde afirmo que, para compreender a problemática da organização político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, não se pode esquecer a importância para que a mesma teve a percepção especial da comunidade portuguesa, brilhantemente analisada por José Medeiros Ferreira."

Foi a consagração da autonomia política como nova e importantíssima contribuição para uma melhoria de vida nos Açores, mesmo que, ao longo das décadas seguintes, se tenham verificado situações de tensão e dificuldade de diálogo entre o Governo da República e os Governos Regionais.

Todos os que participaram no caminho autonómico, e temos aqui vários entre eles e que o dirigiram, sabem isto bem. A aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas que, como o doutor Mota Amaral salientou em alguns artigos, teve, além de mais, o mérito de ser aprovada por unanimidade na Assembleia da República, situação que hoje em dia, não tenhamos a mínima ilusão, não é possível. Na altura, foi um sinal de que era possível, de facto, acreditar então na Autonomia. Mas, os anos que se seguiram continuaram a ser anos complicados do ponto de vista financeiro entre o Estado e as Regiões com a ideia de que os Açores e a Madeira viviam à custa do continente.

Gostaria de salientar alguns aspectos: O primeiro é a necessidade de reforço da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, garantindo melhor distribuição entre a riqueza nacional e as riquezas regionais. Os restantes são a definição de áreas concretas, importantes para as

Tribunal Constitucional está a esvaziar ou a exprimir a Autonomia dos Açores

receitas regionais próprias.

"Vejo esta quantidade louca de hotéis novos em São Miguel."

Penso, em primeiro lugar, no desenvolvimento turístico das ilhas e na reflexão necessária em seu torno. Lembro-me de ser muito novo, antes de partir para Lisboa, e já havia o mito de que o turismo tomara conta dos Açores e isso seria um grande factor de progresso. Demoraram muitos anos, muitas décadas, mas parece que chegamos a esta fase. Grandes cadeias hoteleiras instalaram-se, os açorianos, felizmente, resistem um pouco e vão fazendo hotéis de menores dimensões, mas tão atraentes como o do meu amigo Fernando Neves, o Hotel do Colégio.

Só que, o turismo açoriano choca-se com alguns problemas. Vejo esta quantidade louca de hotéis novos em São Miguel. Noutras ilhas não vejo, mas ouço falar, do Pico em especial. Todas as ilhas estão, aos poucos, a ficar dominadas pelo turismo. Isto parece-me extremamente positivo, parece trazer muitas receitas para a Região, mas a dívida é se isto será assim tão linear. É que se continuarmos a aumentar o turismo da forma que tem aumentado, tenho muitas dúvidas que as pessoas se continuem a interessar por vir aos Açores. A maioria das pessoas que vêm aos Açores, vem à procura de ilhas limpas e ecológicas, onde se pode passar à vontade e fazer trilhos. Chega aqui e é esmagada pelas enormes camionetas de turistas, por hotéis de dimensão assim-assim (...). Isto é um bocadinho complicado. Depois, há a questão das infra-estruturas para o turismo. Toda a gente, mais ou menos, está de acordo que não existem as infra-estruturas necessárias para o turismo.

O que é tanto mais complexo tanto o turismo é sazonal e vai continuar a ser. Portanto, não me parece que o novo tempo nos preveja, no futuro, melhores dias. Devo contar uma história que não sei se é verdadeira mas que li na internet, assinada pelo senhor Jorge Ventura, que é presidente do Clube Naval das Lajes, nas Flores, e que publicou um texto sobre a visita do Emir do Qatar aos Açores. Com certeza que muitos repararam nisso, no iate de superluxo, quatro aviões, um rebocador e não sei quantas dezenas de pessoas da família em 15 dias de passeio nos Açores. A primeira ideia deles foi visitar a ilha das Flores e, sempre segundo Jorge Ventura, exigiram dois Bentleys para os passear na ilha e para que a Polícia de Segurança Pública os servisse de guarda e batedor. Disse-lhe que isto não era possível e foi-se embora. Foi para outras ilhas, que pelos vistos teriam Bentleys. Isto é impressionante porque, como infra-estrutura, ter Bentleys nas Flores não lembra ao diabo. Até porque estes Emires não são muitos e têm tantos sítios para ir que não se pode contar muito com eles.

Uma coisa, aparentemente é certa, de Portugal continental continuarão a vir muitas pessoas, apesar dos problemas que referi. É curioso, porque durante muito tempo, quando falava que era açoriano, era uma espécie rara. Na minha universidade, enfim, eu não tenho uma pronúncia muito açoriana, mas as pessoas que tinham era alvo de bullying por professores, colegas e tudo. Ser açoriano era uma coisa esquisita. E depois ninguém conhecia os Açores,

toda a gente conhecia a Madeira. Diziam que a Madeira era magnífica e que os Açores eram só mau tempo e, então, não vinham para cá. Depois, aparentemente, aconteceu um milagre resultante da passagem de uma telenovela que se chamava 'Ilha dos Amores', que mostrava tanta beleza dos Açores que as pessoas começaram a vir. E isto inicia o grande ciclo de turismo continental para os Açores.

A minha mulher, que é de uma beleza extrema ela própria, a primeira vez que a trouxe a São Miguel, há 30 anos, a primeira coisa que ela me disse foi que depois de ter saído de África nunca tinha visto um sítio tão bonito como os Açores. Ela ainda hoje pensa isso, ainda hoje gosta tanto dos Açores e do marido, já agora (risos) que é sempre companhia para os Açores. Também há muitos restaurantes a abrirem mas isto não resolve nada. Os preços são elevadíssimos. Há hotéis com diárias de quase 1000 euros. Isto é uma loucura e vai acabar mal. Ou o mundo continua a piorar e há lugar para tudo isto ou é complicado. (...) Depois temos coisas que vêm de trás e que são óptimas para o turismo, claro está. Como o emblemático hotel Terra Nostra e o seu Jardim, o Jardim José do Canto, Jardim António Borges, a Fábrica de Chá da Gorreana, essa pequena maravilha perdida aqui no mar, e outras pequenas culturas como o ananás e os lícores. (...)

A "controversia" do mar dos Açores

Tão importante, por ventura, é a questão do mar. Já aqui falei e vou voltar a ele. Desta vez não para fazer lamentações sobre piratas nem baleeiros, mas para lembrar da zona económica exclusiva dos Açores, que é maior 55% do que a zona exclusiva de Portugal continental. E essa zona marítima tem dado origem a uma controversia enorme: Se é portuguesa ou se é açoriana. E há uma jurisprudência muito variada e muito desagradável por parte do Tribunal Constitucional, que há semelhança dos acordos do Tribunal Constitucional que digam respeito às Regiões, trata muito mal a Região. Ainda me lembro, a propósito do curso de biologia marítima, o doutor Carlos César era Presidente do Governo - estava cá o embaixador de França, e ele foi almoçar com ele e Carlos César disse: vocês andam distraídos. O embaixador perguntou porque, ao que o Presidente respondeu: que todos os países já tinham mandado para cá espíes para as aulas de biologia e eles ainda não. É melhor talvez mexerem-se, e digamos que há esta tendência para ver o que há por cá.

Mas, o que é certo é que, voltando à tal questão da jurisprudence do Tribunal Constitucional, é curioso, há um grande publicista italiano, que já morreu, MS Giannini, que a propósito das regiões italianas dizia que "eram contentores, razoavelmente preenchidos e que se tratava apenas de se assegurar que ficariam convenientemente arrumados", tarefa em que a jurisprudência constitucional teria necessariamente uma palavra decisiva.

Aquilo que no nosso caso, creio ter acontecido é que, na prática, a jurisprudência constitucional tratou de esvaziar os contentores ou, pelo menos, de os comprimir de tal modo que o seu conteúdo passou a ter uma visibilidade extremamente reduzida."